


**A centralidade da educação na formação do homem e do estudante coletivo:
reflexões a partir do pensamento gramsciano**


**The centrality of education in the formation of the collective man and
student: reflections from Gramsci's thought**

**La centralidad de la educación en la formación del hombre y del estudiante
colectivo: reflexiones a partir del pensamiento gramsciano**

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin*

 <https://orcid.org/000-0002-0564-8290>

Simone de Fátima Flach**

 <https://orcid.org/0000-0002-9445-0111>

Resumo: O presente texto analisa a formação do “homem coletivo” e do “estudante coletivo” a partir da perspectiva gramsciana, enfatizando as relações entre hegemonia, senso comum, práxis política e educação. Partindo da compreensão de que os sujeitos sociais são produtos do contexto histórico, social, político e econômico, discute-se como o “homem-massa” e o “estudante-massa” internalizam ideologias dominantes que legitimam a exploração e a desigualdade, mantendo a passividade e o individualismo. Destaca o papel estratégico da educação e das entidades representativas estudantis na construção da consciência crítica, da autonomia intelectual e do espírito organizativo, permitindo a transição do indivíduo passivo para o sujeito coletivo politicamente engajado. Ao final indica que a transformação das estruturas de poder depende da formação de sujeitos críticos e organizados, capazes de questionar a hegemonia dominante e participar da construção de uma sociedade justa e democrática.

Palavras-chave: Gramsci. Hegemonia. Senso comum. Estudante coletivo. Práxis política.

Abstract: This text analyzes the formation of the “collective man” and the “collective student” from a Gramscian perspective, emphasizing the relationships between hegemony, common sense, political praxis, and education. Starting from the understanding that social subjects are products of historical, social, political, and economic contexts, it discusses how the “mass man” and the “mass student” internalize dominant ideologies that legitimize exploitation and inequality, maintaining passivity and individualism. The strategic role of education and student representative organizations in building critical consciousness, intellectual autonomy, and organizational spirit is highlighted, enabling the transition from the passive individual to the politically engaged collective subject. Finally, it argues that the transformation of power structures depends on the formation of critical and organized subjects capable of questioning the dominant hegemony and

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora Pedagoga do Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná. E-mail: <audiboutin@hotmail.com>.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do Departamento de Educação e do Programa e Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. E-mail: <sfflach@uepg.br> e <eflach@uol.com.br>.

contributing to the construction of a just and democratic society.

Keywords: Gramsci. Hegemony. Common sense. Collective student. Political praxis.

Resumen: Este texto analiza la formación del “hombre colectivo” y del “estudiante colectivo” desde una perspectiva gramsciana, enfatizando las relaciones entre hegemonía, sentido común, praxis política y educación. Partiendo de la comprensión de que los sujetos sociales son productos de contextos históricos, sociales, políticos y económicos, se discute cómo el “hombre-masa” y el “estudiante-masa” internalizan ideologías dominantes que legitiman la explotación y la desigualdad, manteniendo la pasividad y el individualismo. El papel estratégico de la educación y de las organizaciones estudiantiles representativas en la construcción de la conciencia crítica, la autonomía intelectual y el espíritu organizativo se destaca, permitiendo la transición del individuo pasivo al sujeto colectivo políticamente comprometido. Finalmente, se señala que la transformación de las estructuras de poder depende de la formación de sujetos críticos y organizados, cualificados a cuestionar la hegemonía dominante y a participar en la construcción de una sociedad justa y democrática.

Palabras clave: Gramsci. Hegemonía. Sentido común. Estudiante colectivo. Praxis política.

Introdução

Há duas maneiras de matar: uma, que se designa abertamente com o verbo matar; outra, aquela que fica subentendida habitualmente sob este eufemismo delicado: tornar a vida impossível. É a modalidade de assassinato lento e obscuro, que requer uma multidão de cúmplices invisíveis. (Gramsci, 2007, p. 98)

A análise da formação do sujeito social e político, tanto do “homem coletivo” quanto do “estudante coletivo”, encontra-se intimamente ligada à reflexão gramsciana sobre hegemonia, senso comum e práxis. Na perspectiva de Gramsci, os indivíduos não surgem isoladamente, mas são produtos do contexto histórico, social, político e econômico em que vivem. O comportamento passivo e massificado, característico do “homem-massa”, resulta da internalização de ideologias dominantes disseminadas por instituições da sociedade civil, como a escola, a mídia, a religião e entidades políticas.

Superar o senso comum e desenvolver a consciência crítica é um processo histórico e coletivo, que envolve a apropriação dos conhecimentos acumulados pela humanidade, a reflexão sobre a realidade social e a organização política em espaços coletivos. Nesse sentido, a educação assume papel estratégico, podendo reforçar ou desafiar a hegemonia dominante, ao formar sujeitos capazes de compreender a exploração e as desigualdades estruturais e intervir criticamente na transformação social.

No contexto escolar, o engajamento em entidades representativas, como grêmios estudantis, centros acadêmicos e movimentos juvenis, possibilita que os estudantes desenvolvam a autonomia, a consciência de classe e o espírito coletivo. Ao vivenciarem práticas democráticas e de participação política, eles rompem com a postura passiva imposta pela ideologia dominante e caminham para a constituição do “estudante coletivo”, que incorpora em si o potencial de transformação histórica, tornando-se protagonista na luta pela emancipação social.

A presente análise, fundamentada em pressupostos epistemológicos da filosofia da práxis, busca discutir o papel da educação e da organização coletiva dos estudantes na formação do “homem” e do “estudante coletivo”, enfatizando a importância da práxis, da organização política e da apropriação consciente do saber como instrumentos centrais para a construção de sujeitos capazes de desafiar a hegemonia e contribuir para a emancipação humana.

O homem coletivo e o homem massa

A forma como os sujeitos interpretam e intervêm na realidade está intrinsecamente vinculada às relações que estruturam sua percepção de mundo. As experiências cotidianas, as relações de poder e a organização social em determinada conjuntura histórica articulam-se em uma rede complexa, na qual filosofia e política se constituem como dimensões indissociáveis da vida social.

A filosofia, nesse sentido, não se separa da prática, mas dela emerge e é constantemente moldada pelas múltiplas determinações da existência. Ao afirmar que “todos os homens são filósofos”, Gramsci (1999, p. 93) destaca a inseparabilidade entre filosofia, política e ação, evidenciando que, de forma embrionária, os elementos filosóficos estão presentes na linguagem, no senso comum, na religião e no folclore. Fragmentos dessas concepções são assimilados espontaneamente em espaços familiares, educativos, ideológicos e religiosos, desempenhando papel central na manutenção da subordinação da classe trabalhadora ao modo de produção capitalista.

Nesse processo, consolidam-se as visões de mundo dominantes. Como afirmaram Marx e Engels (2007, p. 71), “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época”, ou seja, a “classe que exerce o poder objetual dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante” (Marx; Engels, 2007, p. 71). Para Gramsci (1999), a filosofia dominante constitui-se como um “cimento” ideológico, capaz de unificar classes ou grupos sociais em torno da preservação da hegemonia.

O filósofo italiano adverte ainda que, quando uma concepção de mundo se converte em “movimento cultural, uma ‘religião’, em uma ‘fé’, ou seja, quando produz uma atividade prática e uma vontade”, ela alcança “o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”, desempenhando a função de unificar blocos sociais e moldar a sociedade para a conservação da hegemonia (Gramsci, 1999, p. 98).

A classe trabalhadora, por sua vez, encontra-se imersa em uma teia ideológica que lhe fornece uma concepção fragmentada de mundo, historicamente orientada para a manutenção das relações de poder. Gramsci (1999) enfatiza que essa classe é conduzida por ideias que, ao longo do tempo, foram disseminadas pela sociedade civil, cristalizando-se como senso comum. Contudo, o senso comum não apresenta coesão ou sistematicidade, mas se expressa de forma dispersa. Para o autor, o senso comum não constitui “uma concepção única e idêntica no tempo e no espaço”, mas sim o “‘folclore’ da filosofia”, caracterizando-se por ser “desagregado, incoerente, inconsequente” (Gramsci, 1999, p. 114).

Essas ideias, que sustentam o senso comum, enraízam-se nas concepções de mundo próprias de cada grupo social. Nesse sentido, Gramsci (1999, p. 94) observa que “pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir”. Ao aceitar de forma passiva as ideias e valores que legitimam a opressão de classe e ao conformar-se ao sistema social, o homem se reduz à condição de massa.

[...] Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade e composta, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. (Gramsci, 1999, p. 95)

O “homem-massa” é constituído nas relações sociais e de produção por meio da religião, dos meios de comunicação, dos partidos políticos e de outros aparelhos da sociedade civil, os quais reafirmam uma determinada filosofia de mundo. Nesse processo, a sociedade civil organiza-se intencionalmente para consolidar o consenso dominante, legitimando as formas de pensamento e ação que massificam os indivíduos (Gramsci, 2007). Enquanto produto das forças que asseguram a hegemonia na sociedade civil e política, o “homem-massa” torna-se porta-voz da classe dominante, uma vez que, politicamente desagregado e desvinculado de sua classe, não atua de forma coletiva. Sua consciência permanece restrita ao individualismo, marcada pelo egoísmo e pela passionalidade.

Segundo Debrun (2001, p. 161), o “homem-massa” desconhece seu papel no processo de transformação social, permanecendo prisioneiro do senso comum. Como observa Gramsci (1999, p. 103), ele “[...] atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma”.

Romper com essa perspectiva que massifica a consciência e as práticas humanas constitui um desafio, pois implica a transição do senso comum para uma concepção crítica da realidade. De acordo com Gramsci (1999, p. 96), esse movimento significa “criticar a própria concepção de mundo”, de modo a torná-la “mais unitária e coerente”, elevando-a ao nível “atingido pelo pensamento mundial mais evoluído”. Assim, criticar a própria concepção de mundo exige um exercício de autocritica e a análise das crenças, valores e influências que são assimilados passivamente, sem reflexão crítica.

Ao contrariar as concepções socialmente dominantes, que induzem os trabalhadores a se tornarem uma multidão de “homens-massa”, a classe trabalhadora amplia suas formas de pensar e agir para além dos limites impostos pela estrutura social, apropriando-se das conquistas intelectuais, filosóficas e científicas historicamente elaboradas pela humanidade e, com isso, fortalece sua identidade de classe. Assim, no decorrer do processo histórico, torna-se possível a construção de uma visão de mundo mais ampla e coerente, que instrumentaliza a compreensão dos problemas que atravessam a vida cotidiana e, a partir disso, possibilita o questionamento das estruturas de poder responsáveis pela divisão social de classes, pelas injustiças sociais e pela exploração do trabalho assalariado.

Para Gramsci (1999), a superação do senso comum, isto é, das formas naturalizadas e passivas de compreender e se relacionar com o mundo, está profundamente vinculada ao processo de autoconhecimento, pois:

Quando, individualmente, um elemento da massa supera criticamente o senso comum, ele aceita, por este mesmo fato, uma filosofia nova: daí, portanto, a necessidade, numa exposição da filosofia da práxis, da polêmica com as filosofias tradicionais. Aliás, por este seu caráter tendencial de filosofia de massa, a filosofia da práxis só pode ser concebida em forma polêmica, de luta perpétua. (Gramsci, 1999, p. 116)

Considerando que os homens são produtos do contexto histórico, social, político e econômico, a superação do “senso comum” implica “criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular” (Gramsci, 1999, p. 96). Para Gramsci (1999, p. 97), abrir espaço ao pensamento crítico significa reconhecer “como em cada época coexistem muitos sistemas e correntes de filosofia”, que legitimam estruturas de opressão, bem como compreender “como nascem, como se difundem” essas concepções de mundo. Nesse movimento, o pensamento crítico rompe os limites do senso comum e a filosofia converte-se em “um convite à reflexão, à tomada de consciência de que aquilo que acontece é, no fundo, racional e que assim deve ser enfrentado, concentrando as próprias forças racionais e não se deixando levar pelos impulsos instintivos e violentos” (Gramsci, 1999, p. 98).

Nesse sentido, “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (Gramsci, 1999, p. 108). Gramsci enfatiza que a consciência política constitui etapa fundamental para que os subalternos compreendam seu papel na engrenagem do sistema de poder. Tal sistema mantém-se hegemônico pela difusão e naturalização de ideias que estruturam a vida social, fixando normas, valores, instituições e práticas que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros.

A tomada de consciência crítica pelos trabalhadores exige reconhecer de que forma essas estruturas moldam suas vidas e condicionam suas ações, limitando a prática política revolucionária. A partir dessa compreensão, os subalternos podem desafiar o sistema opressor, organizando-se na luta pela hegemonia não apenas no campo político, mas também no cultural. Desse modo, embora historicamente determinada, a concepção de mundo não é estática: no jogo de forças sociais, há sempre a possibilidade de superar o senso comum e de constituir um bloco intelectual e moral capaz de fundar uma nova hegemonia.

Ainda que Gramsci (1999, p. 101) reconheça o papel central de uma “filosofia superior” na superação do senso comum, adverte que “toda filosofia tende a se tornar senso comum”. Trata-se, portanto, de “elaborar uma filosofia que, tendo já uma difusão ou possibilidade de difusão, esteja ligada à vida prática e implícita nela, tornando-se um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais” (Gramsci, 1999, p. 101).

Nessa perspectiva, a “filosofia da práxis” apresenta-se como fundamento teórico e prático para a ação política, pois se traduz em atitude crítica diante da vida, desempenhando papel essencial no processo de superação das formas de pensar que sustentam a hegemonia dominante. Conforme destaca Gramsci (1999, p. 101), a filosofia da práxis “não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas conduzi-los a uma concepção de vida superior”, oferecendo instrumentos para a constituição de uma subjetividade que impulsione o sujeito histórico e social à luta pela superação da divisão de classes.

A construção da identidade social de classe está, portanto, vinculada à noção de pertencimento à classe trabalhadora. Reconhecer que essa classe não existe de forma isolada, mas é parte da conjuntura histórica e das relações sociais de produção, é condição fundamental para o distanciamento em relação ao projeto social do capital, que objetiva a formação do “homem-massa”.

Nessa direção, Zen e Mello (2022, p. 73) destacam que, enquanto sujeito histórico, o “homem coletivo” participa ativamente da transformação das estruturas sociais, elaborando “sua própria concepção do mundo a partir do ambiente social e cultural em que vive”, e, assim, é “capaz de pensar e não de ser pensado pelo sistema, pela religião, pela mídia, etc”.

Ao indagar “como cada indivíduo singular conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como ocorrerá a pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração, transformando em liberdade a necessidade e a coerção?”, Gramsci (2007a, p. 23) entende que a passagem do “homem-massa” ao “homem-coletivo” ocorre no processo dialético das relações de força, em uma luta de hegemonias. Nesse processo, concepções culturais, políticas e ideológicas em disputa, difundidas no âmbito da sociedade civil, são determinantes tanto para a manutenção do “homem-massa” quanto para sua transformação em “homem-coletivo”.

Assim, em diálogo com o pensamento gramsciano, é possível compreender que o “homem-massa” contém em si o “homem-coletivo”, pois nele reside a possibilidade latente de transição de uma postura passiva para uma postura crítica e contestadora da hegemonia dominante. De acordo

com o autor:

[...] todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo “homem coletivo”, isto é, pressupõe a conquista de uma unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção do mundo (geral e particular, transitoriamente operante, por meio da emoção ou permanente, de modo que a base intelectual esteja tão enraizada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão). (Gramsci, 1999, p. 399)

A “unidade cultural-social” se consolida quando as visões de mundo superam o individualismo e passam a orientar-se por uma direção comum. A transição de uma postura passiva e acrítica para uma atitude ativa e coletiva resulta do acesso a saberes provenientes de diferentes áreas do conhecimento, bem como das experiências adquiridas nas relações sociais de produção, na militância em movimentos sociais e na participação política em instituições da sociedade civil, como partidos, associações de bairro, sindicatos, entre outras.

Considerando que a educação constitui uma prática dialética capaz tanto de reafirmar quanto de confrontar as ideologias que sustentam a hegemonia dominante, a seção seguinte discute o papel estratégico da educação na conformação do “homem-massa” e na formação do “homem-coletivo”.

A educação na conformação do homem-massa e na formação do homem coletivo

No contexto da sociedade capitalista, a classe detentora dos meios de produção preserva sua hegemonia por meio de mecanismos que moldam a força de trabalho e as concepções de mundo. Essa hegemonia é estrategicamente construída para naturalizar as relações de produção e perpetuar a divisão social de classes, restringindo o pleno desenvolvimento humano dos trabalhadores e mantendo-os como “homens-massa”, aprisionados na engrenagem produtiva.

Ao elaborar o conceito de hegemonia, compreendida como supremacia política, moral e intelectual de um grupo social, Gramsci (2015) afirma:

“[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a conquista do poder), depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’. [...]” (Gramsci, 2015, p. 62)

A conquista da hegemonia, portanto, não se efetiva apenas pela força coercitiva, mas, sobretudo, pela direção intelectual e moral. O consenso em torno das ideias e visões de mundo de determinado grupo social é essencial para legitimar sua supremacia. Por isso, mesmo após alcançar o poder, a classe dirigente precisa manter sua capacidade de direção para evitar crises de legitimidade (Gramsci, 2015).

A hegemonia ocupa posição central na reprodução da sociabilidade capitalista, articulando-se com a exploração do trabalho. A imposição de uma visão de mundo que naturaliza a ordem existente mascara as contradições de classe, conduzindo os trabalhadores à condição de “homens-massa”, conformados com a concentração de poder e riqueza por parte da classe que extrai a mais-valia.

Essa dominação também se expressa no campo jurídico e político, uma vez que a classe

dominante molda as instituições de acordo com seus interesses. Como explica Marx (2008), as relações jurídicas e políticas não podem ser compreendidas isoladamente, mas devem ser analisadas a partir das contradições materiais e econômicas:

As relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas [...] essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência [...]. Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência. (Marx, 2008, p. 47)

As ideias hegemônicas resultam das determinações impostas pelo capital, orientando a consciência social de acordo com os interesses dos detentores dos meios de produção. Como afirma Gramsci (2007, p. 83):

As ideias e as opiniões não ‘nascem’ espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão; houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade.

Fica evidente, portanto, que as ideias dominantes não emergem de modo espontâneo, mas são sistematicamente produzidas, difundidas e legitimadas por instituições da sociedade civil que moldam a consciência do “homem-massa”.

A educação escolar, nesse processo, cumpre papel ambíguo: de um lado, contribui para a formação e legitimação do consenso dominante; de outro, enquanto prática dialética vinculada ao processo histórico contém em si a potencialidade de fomentar o pensamento crítico e colaborar para a formação do “homem-coletivo”.

É nessa perspectiva que Gramsci (1999) defende que tanto o ser humano quanto a sociedade não são imutáveis. Embora moldados pelas relações econômicas, políticas e culturais, é possível desenvolver consciência de classe e, a partir dela, fortalecer a organização política dos subalternos. Como afirma o autor:

[...] ao colocarmos a pergunta ‘o que é o homem’, queremos dizer: o que é que o homem pode se tornar, isto é, se o homem pode controlar seu próprio destino, se ele pode ‘se fazer’, se pode criar sua própria vida. [...] o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos. (Gramsci, 1999, p. 412)

O filósofo, assim, nos convida a pensar o ser humano como sujeito histórico em construção, capaz de transformar a si mesmo e à coletividade. A passagem do “homem-massa” ao “homem-coletivo” ocorre mediante o desenvolvimento do pensamento crítico, pois a ação consciente e organizada das classes subalternas não pode prescindir da ampliação da consciência de classe.

Dessa forma, a educação pode ser compreendida como prática que contribui, no movimento histórico, para a formação do pensamento crítico, abrindo caminho para a constituição do “homem-coletivo”. Isso significa que, ao apropriar-se do saber socialmente acumulado e das experiências oriundas de diferentes áreas do conhecimento, o “homem-massa” pode romper com o senso comum dominante, reconhecer sua posição nas relações sociais de produção e organizar-

se em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como sintetiza Gramsci (1978, p. 21):

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência na qual teoria e prática se unificam.

Ao romper com o senso comum, os grupos explorados podem questionar as estruturas objetivas e subjetivas que sustentam a ordem social, alcançando uma compreensão mais elaborada da realidade. Esse processo, no entanto, não é individual, mas resulta da disputa dialética entre forças sociais que, ao moldarem a realidade, também formam identidades e visões de mundo.

Para Gramsci (2001), a educação desempenha papel central na construção de uma visão de mundo autônoma e coletiva. Mais do que preparar a força de trabalho, ela pode contribuir para o desenvolvimento pleno dos filhos da classe trabalhadora, abrangendo as dimensões cultural, intelectual, moral e prática.

Quando conduzida a partir de uma perspectiva crítica e de enfrentamento à hegemonia dominante, a formação escolar pode criar as bases intelectuais para uma profunda reforma social. A educação emancipadora, portanto, busca romper com a divisão social do conhecimento típica das sociedades capitalistas e promover a formação do “homem-coletivo”, na medida em que uma sociedade somente se realiza plenamente quando seus membros são preparados para a participação, o pensamento crítico e a ação coletiva.

Essas reflexões fundamentam a discussão apresentada na próxima seção, que tem por objetivo analisar o papel da escola e da organização coletiva dos estudantes em entidades representativas na formação do “estudante-massa” e do “estudante-coletivo”.

A organização política na formação do estudante coletivo

Assim como o “homem-coletivo”, o “estudante-coletivo” se constitui na prática social, nas experiências cotidianas e na constante interação entre pensamento e ação, possibilitada por uma educação voltada para o desenvolvimento da consciência de classe e do espírito político organizativo.

Formar o estudante-coletivo, à luz da perspectiva gramsciana, significa romper com a figura do estudante passivo e massificado pela ideologia dominante (aquele que apenas reproduz conhecimentos e valores impostos) e fomentar uma postura ativa, reflexiva e coletiva diante da realidade. A educação, nesse sentido, assume papel estratégico ao pavimentar o pensamento crítico, tornando os filhos da classe trabalhadora conscientes de sua posição social e incentivando o desenvolvimento do espírito organizativo.

Ao compreenderem as estruturas que sustentam a desigualdade e a exploração, os trabalhadores passam a atuar conscientemente na transformação da sociedade. A práxis política, enquanto ação organizada para alterar as relações sociais de produção, depende do conhecimento sobre as engrenagens que sustentam a exploração do homem pelo homem no modo de produção capitalista.

Embora o acesso ao conhecimento curricular seja relevante para a formação crítica, a escola

pode se tornar um locus de aprendizado político, principalmente quando os jovens se engajam em entidades representativas estudantis, como grêmios, centros acadêmicos e coletivos de luta. Nesses espaços, eles podem reconhecer sua posição social, identificar mecanismos de opressão e agir coletivamente de forma engajada.

A organização política da juventude em entidades representativas desempenha papel central na formação do “estudante-coletivo”. Ao se engajarem em movimentos estudantis, os jovens debatem problemas sociais e educacionais, constroem práticas democráticas internas e desenvolvem a capacidade de intervir criticamente na realidade, vivenciando a democracia e reconhecendo-se como parte de uma coletividade com interesses comuns.

A partir de Gramsci (2004b, p. 39) é possível indicar que essas organizações possibilitam aos filhos da classe operária adquirir “no plano espiritual e organizativo, consciência de sua autonomia e de sua personalidade histórica”. Nesse contexto, os grêmios estudantis representam uma das primeiras oportunidades de os jovens se organizarem politicamente e experimentarem a democracia em sua essência, ao mesmo tempo em que participam de atividades culturais, esportivas, sociais e políticas dentro do ambiente escolar.

O engajamento político juvenil em entidades representativas contribui para a transição do estudante individualizado para o estudante-coletivo, consciente de seu papel social. Gramsci (2020, p. 19) reforça o papel da juventude na construção do pensamento crítico, quando afirma:

O futuro é dos jovens. A história é dos jovens. Mas dos jovens que pensam a tarefa que a vida impõe a cada um, que se preocupam em se armar adequadamente para resolvê-la da maneira que melhor convém às suas convicções íntimas, que se preocupam em criar para si aquele ambiente no qual a sua energia, inteligência e atividade encontrem o máximo de desenvolvimento, a mais perfeita e frutífera afirmação.

Nesse sentido, a passagem do “estudante-massa” para o “estudante-coletivo” não ocorre de maneira espontânea, mas gradualmente, mediante a conscientização e problematização das ideologias e projetos que sustentam a sociedade de classes, processo que se fortalece com a organização política.

Gramsci (2004a) sublinha que a ausência de orientação política limita e dispersa a ação dos subalternos. Segundo ele:

Um jovem que se inscreve no movimento juvenil socialista realiza um ato de independência e de libertação. [...]. Quem não se submete a uma disciplina política é precisamente matéria em estado gasoso, ou matéria poluída por elementos estranhos: portanto inútil e prejudicial. A disciplina política faz precipitar estas impurezas e fornece ao espírito sua melhor liga, fornece à vida uma finalidade, sem a qual a vida não vale a pena ser vivida. (Gramsci, 2004a, p. 87)

Essa disciplina política se consolida no processo formativo revolucionário, seja na educação formal ou não formal, estando inseparavelmente ligada à prática militante. Lênin (2015, p. 35), ao discutir a União das Juventudes Comunistas, reforça que essa só será digna desse nome “se vincular cada passo da sua instrução, educação e formação à participação na luta comum de todos os trabalhadores contra os exploradores”.

Sob tal perspectiva, no contexto da luta subalterna contra a opressão da sociabilidade capitalista, a educação da juventude deve conectar-se à realidade social, articulando-se à luta social e ao projeto de emancipação humana. Mandel (1979, p. 20) enfatiza o papel do movimento estudantil nesse processo, quando afirma que:

o grande movimento de libertação da humanidade deve ser guiado por um esforço consciente para reconstruir a sociedade, para ultrapassar uma situação na qual o homem está dominado pelas forças cegas da economia de mercado e começa a tomar as mãos do próprio destino. Este ato consciente de emancipação não pode ser conduzido com eficácia, e muito menos até o fim, sem que o homem tome consciência do ambiente social em que vive, das forças sociais com que deve enfrentar-se e das condições econômicas e sociais gerais desse movimento para a libertação.

Portanto, a superação da opressão de classe não ocorre de forma espontânea, mas mediante esforço consciente e organização coletiva. A transformação social exige que os indivíduos abandonem a postura individualista típica da sociedade de classes, deixando de ser meros objetos da economia e constituindo-se como coletivo na práxis política.

A perspectiva gramsciana e leninista converge na ênfase à organização social coletiva em entidades representativas, partidos, sindicatos e movimentos estudantis e juvenis, como fundamento para a emancipação subalterna. Nesse sentido, uma educação escolar crítica e desafiadora das ideologias hegemônicas pode iluminar a consciência coletiva, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a ação revolucionária.

Ao se apropriar do conhecimento e da experiência social acumulada, o estudante deixa de ser passivo, abandona a posição de receptáculo da cultura dominante e organiza-se em direção à emancipação humana. O estudante-coletivo incorpora em si o “homem-coletivo”: o menino que hoje desenvolve a práxis política é o homem-coletivo de amanhã.

Considerações finais

A análise das concepções de Gramsci sobre hegemonia, senso comum e práxis evidencia que a formação do sujeito social e político não ocorre de forma espontânea ou isolada, mas é produto de um processo histórico, cultural e educacional profundamente estruturado pelas relações de poder. O “homem-massa” e o “estudante-massa” representam o estágio inicial da socialização nos padrões impostos pela ideologia dominante, caracterizado pela passividade, individualismo e reprodução acrítica de valores que legitimam a exploração e a desigualdade social.

Superar essa condição implica na construção do “homem-coletivo” e do “estudante-coletivo”, processos que se dão por meio da apropriação crítica do conhecimento, da reflexão sobre a realidade social e da participação ativa em espaços coletivos de organização política. A educação, nesse contexto, assume papel estratégico: além de transmitir conteúdos, deve possibilitar o desenvolvimento da consciência de classe, da autonomia intelectual e do espírito organizativo, formando sujeitos capazes de intervir na transformação das estruturas sociais de produção.

O engajamento em entidades representativas, como grêmios estudantis, centros acadêmicos e movimentos juvenis, emerge como elemento central para a vivência da democracia, para a reflexão crítica e para a construção de práticas coletivas. Tais espaços permitem que os jovens compreendam sua posição social, identifiquem mecanismos de opressão e, consequentemente, desenvolvam a capacidade de atuar conscientemente na luta pela emancipação, consolidando a transição do indivíduo passivo para o sujeito político e socialmente engajado.

Além disso, constata-se que a construção da consciência coletiva e do pensamento crítico não depende apenas da educação formal, mas da articulação entre teoria e prática, entre o conhecimento acumulado historicamente e a ação militante. A práxis política e o desenvolvimento da disciplina intelectual e ética são fundamentais para que os sujeitos subalternos rompam com a hegemonia dominante e participem ativamente da redefinição das relações sociais, culturais e

políticas.

Por fim, o estudo reforça que a emancipação social e a transformação das estruturas de poder estão intrinsecamente ligadas à formação de sujeitos críticos, conscientes e organizados. O estudante coletivo, assim como o homem coletivo, representa a possibilidade histórica de superação das limitações impostas pelo senso comum e de construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária, em que a educação e a organização política sejam instrumentos centrais para a liberdade e a participação plena dos indivíduos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Portal da Legislação, nov. 1985. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm . Acesso em: 24 maio 2025.

DEBRUN, M. **Gramsci: filosofia, política e bom senso**. Campinas: Editora da Unicamp: Centro de Lógica e Epistemologia, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: o Risorgimento, notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 5.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. v. 1.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 2.

GRAMSCI, A. A cidade futura. In: GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 19-20.

LENIN, V. I. **As tarefas revolucionárias da juventude**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MANDEL, E. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes**. Lisboa: Antídoto, 1979.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Tradução e introdução de Florestan Fernandes.

ZEN, E. T.; MELLO, D. C. F. Filosofia histórica como ação ético-política na disputa pela nova hegemonia em Gramsci. **Novos Rumos**, Marília, v. 59, n. 2, p. 63-81, jul.-dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2022.v59n2.p63-81>

Recebido em 15/10/2025

Versão corrigida recebida em 10/01/2026

Aceito em 12/01/2026

Publicado online em 21/01/2026